

Carta aberta à Ministra da Justiça

No âmbito do plano de Vacinação Covid19 que se encontra a decorrer, o SFJ desconhece ainda como, quando e de que forma decorrerá a vacinação dos funcionários judiciais que V.Exa. prometeu que avançaria na audição na Assembleia da República. Comprendemos a dificuldade e desnorte da situação, mas estranhámos a total ausência de informação e, nomeadamente, o total desconhecimento das Direcções e Conselhos sobre esta matéria.

Na verdade, V.Exa. deverá com toda a certeza ter consciência que os Funcionários Judiciais são aqueles que primeiramente se mostram em contacto com o cidadão, por se encontrarem na “linha da frente”. De facto, se os serviços judiciais se mantêm em funcionamento, é a esta classe que se deve, transformando-os assim em elementos fundamentais para a existência plena de um Estado de Direito democrático.

Merecem (também) por isso, um plano de vacinação que reflecta a sua importância e a sua indispensabilidade!

O Oficiais de Justiça são a *longa manus* do Juiz, quem contacta com o público, através do atendimento presencial nas secretarias, através das diligências de serviço externo e, no contacto com os diversos intervenientes, nomeadamente em secções do DIAP e na sala de audiências. Nas diligências, designadamente de discussão e julgamento, o Oficial de Justiça é aquele que se movimenta, que estabelece ordem na disposição do resto dos intervenientes, mantendo com eles uma grande proximidade física.

Gostaríamos de testemunhar que o Seu Gabinete reconhece a importância, a proximidade e a perigosidade a que todos estamos sujeitos nos tempos pandémicos.

Somos quem, em maioria, utiliza os transportes públicos para se deslocar para o local de trabalho. Somos quem, na sala de audiências e nos DIAP, tem um contacto directo com os diversos intervenientes. Somos quem mais presencialmente trabalha. Somos parte integrante da realização da Justiça. Somos os Oficiais de Justiça!

Senhora Ministra da Justiça, o nosso propósito, é apenas que leve em consideração a vacinação atempada dos Funcionários Judiciais que se encontram a trabalhar presencialmente nos Tribunais, com critérios rigorosos e transparentes, a par dos demais agentes da justiça.

Obrigado
(António Marçal)